

Principais aspectos tributários nos condomínios

05/06/2017



SECOVI SP
O SINDICATO DA HABITAÇÃO
Desde 1946

Palestrante

Ivana Lopes Miranda

Instrutora da Universidade Secovi e

Diretora de Operações da Brasil Condomínio Franquias.

Bacharel em Ciências Contábeis com especialização em Gestão Contábil e Análise Tributária, MBA pela FGV, Especialista em Administração Condominial (EAC) pela Universidade Secovi com certificação do IREM (Institute Of Real Estate Management) ARM® .



Sistema Tributário Nacional



Brasil
Carga tributária de
37% do PIB

Sistema Tributário altamente complexo:
80 tributos, 7 mil normas tributárias
e um enorme número de
obrigações acessórias.

Estudo publicado na FISCOSOFT

Obrigação Tributária

► **Conceito**

► **Rela o Jurídica:**

Sujeito Ativo: Governo (Federal / Estadual / Municipal)

Sujeito Passivo: Contribuintes e Responsáveis

Objeto: Obriga o Tributária

Obrigação Tributária

► Tipos:

* Obrigac o Principal:

Pagamento do Tributo devido.



* Obrigac o Acessória:

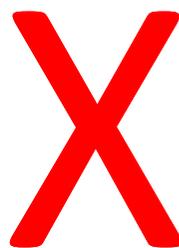
Dever de Prestar Conta / Informar



Condomínio = Empresa?

Questões complexas no âmbito:

- Jurídico
- Contábil
- Financeiro
- Fiscal



Maior
responsabilidade
dos Síndicos e
Administradores

→ **Obrigações Tributárias**

Condomínio – Tomador de Serviços

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

**LEI Nº 5.172, DE 25 DE
OUTUBRO DE 1966.**

Art. 121. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

I: contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II: responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.

Condomínio – Aspectos Tributários

Enquanto:

1) Gerador de receitas

locação / multas / vendas de ativo

2) Empregador

contratação de funcionários

3) Tomador de serviços

Pessoa Física ou Pessoa Jurídica

Condomínio – Aspectos Tributários

1) Gerador de Receitas

Locação / multas disciplinares / vendas de ativo

IRRF: 24 mil de isenção / ano
(somente condomínio residencial)

Distribuir os rendimentos / Informar no IR
Informe de rendimentos / DIRF



Condomínio – Aspectos Tributários

2) Empregador:

O condomínio deve cumprir todas as obrigações trabalhistas.



Condomínio – Aspectos Tributários

3) Tomador de Serviços

O condomínio deve reter e recolher os tributos.



Condomínio – Tomador de Serviços

Ato de reter
(Conservação de
alguma coisa em
seu poder)

O QUE É RETENÇÃO NA FONTE

Começo ou início
de alguma coisa

PENALIDADE

Independentemente da retenção do imposto na fonte, o responsável tributário **fica obrigado a recolher o imposto integral, multa e demais acréscimos legais**, na conformidade da legislação, eximida, neste caso, a responsabilidade do prestador de serviços;

Na falta do repasse aos cofres públicos , o condomínio será responsabilizado pelo **delito de apropriação indébita** previsto no artigo 168 A do Código penal.

Prestador de Serviço

Síndico:

Condômino VOLUNTÁRIO

Condômino com remuneração (isenção ou remuneração)

Externo

Condomínio – Tomador de Serviços

Se houver *remuneração*



Tem que haver *formalização*

- ***AUTONOMO***
- ***MEI***
- ***PJ***



Condomínio – Tomador de Serviços

Autônomos

RECIBO DE PAGAMENTO A AUTÔNOMO – RPA			
NOME: XXXXXXXXXXXXXXXX			
CPF: XXXXXXXXXXXXXXXX			
PIS: XXXXXXXXXXXXXXXXXX			
DEMONSTRATIVO			
SERVIÇOS		DESCONTOS	
HONORÁRIOS	R\$ 393,26	INSS - RETIDO 11%	R\$ 43,26
		ISS - RETIDO	
TOTAL	R\$ 393,26	TOTAL:	R\$ 43,26
VALOR LÍQUIDO A RECEBER: R\$ 350,00		TREZENTOS E CINQUENTA REAIS	
RECEBI DO CONDOMINIO EDIFICIO MODELO, COM SEDE NA RUA DAS FLORES, 50 - BAIRRO JARDINS - SÃO PAULO /SP - INSCRITO NO CNPJ 00.000.000/0001-06, A IMPORTÂNCIA ACIMA DEMONSTRADA REFERENTE: SERVIÇOS GESSEIRO.			
SÃO PAULO, 10 DE NOVEMBRO DE 2016.			
----- ASSINATURA			

Condomínio – Tomador de Serviços

Principais problemas quando da contratação de serviços

PRESTADOR COM CNAE
DIFERENTE DO SERVIÇO
PRESTADO

FALTA DE DEFINIÇÃO DE
PARAMETROS COM O
PRESTADOR

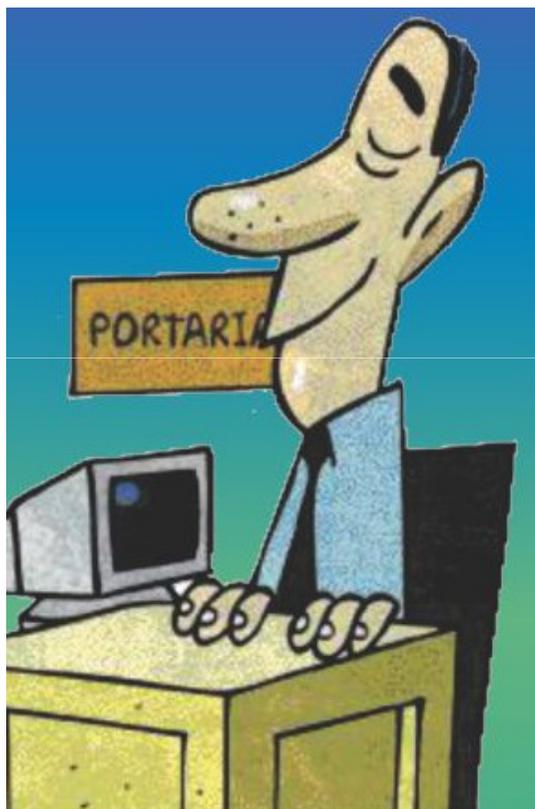
FALTA DE
CONHECIMENTO

FALTA DE
DOCUMENTOS

ESCOLHA
APENAS POR
PREÇO

Condomínio – Tomador de Serviços

Enquadramento Fiscal



X



SIMPLES
NACIONAL



SECOVI SP
O SINDICATO DA HABITAÇÃO
Desde 1946

Condomínio – Tomador de Serviços



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 06/04/2015
NOME EMPRESARIAL SERVICO DE PORTARIA, LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA - EPP		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA PRINCIPAL 81.11-7-00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios 81.30-3-00 - Atividades paisagísticas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO

Condomínio – Tomador de Serviços

Enquadramento Fiscal

ATO DECLARATÓRIO INTERPRETATIVO RFB Nº 7, DE 10 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre a vedação à opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviço de portaria por cessão de mão de obra.



O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XXVI do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no inciso XII do caput do art. 17 e inciso VI do § 5º-C e § 5º-H do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no art. 30 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, e no § 2º do art. 191 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, declara:

Art. 1º É vedada a opção ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) pelas pessoas jurídicas que prestem serviço de portaria por cessão de mão de obra.

Art. 2º O serviço de portaria não se confunde com os serviços de vigilância, limpeza e conservação, portanto não se enquadra na exceção prevista no inciso VI do §5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e sim na regra prevista no inciso XII do caput do art. 17 dessa mesma lei.

Condomínio – Tomador de Serviços



Condomínio – Tomador de Serviços

2.4. As microempresas (ME) e as empresas de pequeno porte (EPP) que exerçam atividades diversificadas, sendo apenas uma delas vedada e de pouca representatividade no total das receitas, podem optar pelo Simples Nacional?

Não poderão optar pelo Simples Nacional as ME e as EPP que, embora exerçam diversas atividades permitidas, também exerçam pelo menos uma atividade vedada (ver Pergunta 2.2), independentemente da relevância da atividade impeditiva e de eventual omissão do contrato social.

[HTTPS://WWW8.RECEITA.FAZENDA.GOV.BR/SIMPLESNACIONAL/PERGUNTAS/PERGUNTAS.ASPX](https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Perguntas/Perguntas.aspx)

Condomínio – Tomador de Serviços



E o que eu
tenho a ver
com isso?

Condomínio – Tomador de Serviços



Responsabilidade solidária

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA – RETENÇÃO DE TRIBUTOS

A responsabilidade de retenções tributárias é atribuída à pessoa jurídica pagante, conforme o tributo:

- Imposto de Renda - artigo 647 do [Regulamento do Imposto de Renda](#);
- PIS, COFINS e CSLL - [Lei nº 10.833/2003](#);
- ISS, [Lei Complementar nº 116/2003](#);

Condomínio – Tomador de Serviços

Responsabilidade subsidiária

Ação trabalhista / Funcionário de terceirizada



Súmula 331, do TST, (Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011)

"CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE"

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

Quais as soluções?

O que o **síndico** pode fazer?



Quais as soluções?



Associação das Administradoras de Condomínios
e Condomínios do Vale do Paraíba

Conte com o **apoio**
de uma boa
Administradora!

“Infelizmente o Brasil é o País do mais ou menos. Do meia-boca. Engenharia, planejamento, economia, tudo se resolve sem rigor, sem a determinação de se atingir o máximo com o mínimo. Não buscamos excelência, preferimos o caminho mais rápido, mais fácil, o jeitinho pelo qual depois teremos que pagar um preço muito mais caro.”

AMIR KLINK

Obrigada!

Ivana Lopes Miranda

Ivana.miranda@brasilcondominio.com.br

